

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ- UFPR

IZIS BORCK

**Análise do Projeto Político Pedagógico do Colégio Estadual do  
Campo Bom Jesus do Monte**

PALMEIRA

2014

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ- UFPR

## **Análise do Projeto Político Pedagógico do Colégio Estadual do Campo Bom Jesus do Monte**

Artigo apresentado como requisito parcial para a obtenção da certificação do curso de Especialização em Coordenação Pedagógica, Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Profº Doutorando Antônio Charles Santiago

PALMEIRA

2014

## **Análise do Projeto Político Pedagógico do Colégio Estadual do Campo Bom Jesus do Monte**

Autora: Izis Borck<sup>1</sup>

Orientador: Profº Doutorando Antônio Charles Santiago<sup>2</sup>

### **RESUMO**

Este artigo é resultado de pesquisa realizada no Colégio Estadual do Campo Bom Jesus do Monte, localizado na comunidade de Vieiras, município de Palmeira, Estado do Paraná. O trabalho foi desenvolvido durante a pós-graduação Especialização em Coordenação Pedagógica (EAD), através da análise do processo de elaboração do projeto político pedagógico em relação à legitimação da efetivação das Diretrizes Curriculares do Campo no contexto escolar. Para desenvolver a pesquisa proposta iniciou-se com a leitura dos documentos oficiais do colégio tais como o Projeto Político Pedagógico e a Proposta Curricular, visando observar de que forma os documentos estavam articulados com o propósito de ensino na modalidade de educação do campo. Além da análise documental, realizou-se entrevistas com professores, funcionários, equipe pedagógica e comunidade escolar, no intuito de promover a reflexão sobre a identidade da escola de campo e a compreensão da realidade social dos discentes e docentes. Nessas condições buscou-se observar a dinâmica do colégio no que se refere às observações realizadas em relação ao PPP enquanto um norteador de práticas pedagógicas que visem atender aos anseios e especificidades da escola de campo.

**Palavras-chave:** Projeto Político Pedagógico, Escola de Campo, Diretrizes Operacionais do Campo.

### **1- Introdução**

Ao estudarmos a trajetória da educação do campo é perceptível que no sistema de ensino brasileiro, a educação foi pensada para dar conta das demandas urbanas, é válido ressaltar que a educação para a população do meio rural, nunca tivera políticas específicas, o atendimento a educação se deu através de campanhas, projetos e/ou políticas compensatórias, sem levar em conta as formas

---

<sup>1</sup> Especialista em História e Cultura, Licenciada em História ambos cursos realizados pela Universidade Estadual de Ponta Grossa. Professora de História da rede estadual de ensino do estado do Paraná, atualmente gestora educacional do Colégio Estadual do Campo Bom Jesus do Monte, Palmeira/PR.

<sup>2</sup> Graduado em Filosofia e Sociologia, especialização em Educação, Cultura e Memória, mestrado em Ciências Sociais e doutorando em Educação. Professor de filosofia e sociologia da Universidade Estadual do Paraná - UNESPAR/FAFIUV. Pesquisador em filosofia contemporânea e política, sociologia política e educação popular.

de viver e conviver dos povos do campo, que ao longo da história foram excluídos enquanto sujeitos do processo educativo.

A própria Constituição de 1988 mostra-se falha ao apenas garantir o acesso à educação das populações que vivem no campo, não instituindo políticas públicas que viessem a projetar uma educação voltada às singularidades do campo. Apenas com a promulgação da LBD - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/96, é que o Estado reconhece a necessidade de pensar a diversidade sociocultural e o direito à igualdade e à diferença, possibilitando a educação do campo a definição de diretrizes operacionais.

Dessa forma, a Resolução CNE/CEB Nº 01 de 03 de abril de 2002, institui as Diretrizes Operacionais da Educação do Campo as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica do Campo representando um marco na história da educação brasileira, pelo fato de orientar e nortear a organização das escolas do campo no país.

No entanto, no estado do Paraná apenas em 2004 é que a Secretaria de Estado da Educação cria a Coordenação da Educação do Campo, objetivando a formulação das diretrizes curricular da educação do campo, cujo documento é finalizado após dois anos e remetido as escolas do estado.

Assim, a presente pesquisa buscará compreender de que forma foi recebido o documento norteador e como é trabalhado no Projeto Político Pedagógico (PPP) e na Proposta Curricular da escola, a fim de legitimar uma educação voltada a comunidade do campo. E como recurso metodológico utilizou-se o estudo exploratório, no intuito de promover a aproximação do objeto de estudo.

A aproximação pautou-se na leitura reflexiva dos documentos já mencionados (PPP e Proposta Curricular), na observação do ambiente escolar, entrevista com os sujeitos sociais da instituição e o acompanhamento da aplicabilidade do PPP, o que permitiu a compreensão da realidade e a integração com o contexto a ser pesquisado.

Portanto, para melhor compreensão dos resultados obtidos pela pesquisa, o presente artigo trará a contextualização do que é uma escola de campo, apontamentos sobre as diretrizes operacionais da educação do campo no estado do Paraná, os avanços e limites de um PPP que legitime a educação do campo, bem como a reflexão de seus sujeitos sociais na construção da identidade da escola do campo.

## 2- Revisão da Literatura

A fundamentação teórica do presente artigo está focada na observação reflexiva e dialogia das Diretrizes Operacionais da Educação do Campo presentes na elaboração do PPP e proposta curricular do Colégio Estadual do Campo Bom Jesus do Monte- Ensino Fundamental e Médio, localizado no município de Palmeira-Pr. Assim, buscou-se por meio da pesquisa bibliográfica a reflexão sobre vários aspectos da educação do campo.

Com base nesse trabalho, procurou-se conceituar a educação do campo, compreendendo como um paradigma educacional que surge com a crise social agrária em que vivemos, possibilitando uma reorganização de outros modos de pensar e agir a educação no meio rural. Conforme as diretrizes curriculares do campo, “[...] os povos do campo querem que a escola seja o local que possibilite a ampliação dos conhecimentos; os aspectos da realidade podem ser ponto de partida do processo pedagógico.” ( DCEs, 2006)

Nesta perspectiva, a educação do campo é um conceito que não se fecha nele mesmo. Incorpora a dinâmica dos movimentos sociais presentes no campo e a questão agrária brasileira, abordando problemas como a exclusão social, desigualdade na distribuição de terras e a superação da visão errônea de que o campo é sinônimo de atraso social. Pois, o que se observa é que a educação do campo não se configura apenas como uma proposta de lei que abrace os ideais do campo. A ideia refere-se a uma mobilização social de cunho político-administrativo, pedagógico-cultural que não seja conivente aos sistemas historicamente estabelecidos. Como está registrado na Declaração 2002

É necessário e possível, portanto, se contrapor à lógica de que a escola do campo é escola pobre, ignorada e marginalizada, numa realidade de milhões de camponeses analfabetos e de crianças e jovens condenados a um círculo vicioso: sair do campo para continuar a estudar e estudar para sair do campo. Reafirmamos que é preciso estudar para viver no campo (KOLLING,2002,p. 18)

Logo, uma escola do campo não é, afinal, um tipo diferente de escola. Mas sim uma instituição que reconhece e fortalece os povos do campo como sujeitos sociais, que trabalha no processo de humanização do conjunto da sociedade, com suas lutas, suas histórias, seus trabalhos, seus saberes, suas culturas, seus modos

de vida.

Assim o processo de reconhecimento da escola de campo inicia-se na estruturação de seu projeto político pedagógico, ou seja, um projeto que vise melhorias e mudanças de uma realidade. Para que seja possível uma mudança é necessário repensar a realidade da escola e perceber o que se deseja alcançar.

Segundo Gadotti (1994, p.579) todo projeto supõe rupturas com o presente e promessas para futuro, o ato de projetar significa tentar quebrar um estado confortável para ariscar-se, atravessar um período de instabilidade e buscar uma nova estabilidade em função da promessa que cada projeto contém de estado melhor do que o presente. Um projeto educativo pode ser tomado como promessa frente a determinadas mudanças necessárias na organização do ambiente escolar.

A ruptura proposta foi à estruturação do projeto político pedagógico, sendo esse um documento que tem por função organizar o ambiente escolar caracterizando as suas intenções futuras e reconhecendo a sua comunidade. Para essa discussão recorreremos a dois teóricos Vasconcellos (2002) e Veiga (2001), objetivando compreender os meios para promover a efetivação de um processo democrático e participativo para a estruturação de um PPP, o que permite a escola dialogar com o seu coletivo expressando suas intencionalidades pedagógicas e concretizando mudanças efetivas no cotidiano da escola.

A própria LDB - Lei nº9.396/96 assegura o direito da escola em reelaborar o seu PPP, no que diz respeito aos princípios do pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, garantindo a participação efetiva da comunidade escolar, configurando-se como um processo de ação-reflexão-ação, ou seja, propiciando aos segmentos escolares o conhecimento e a avaliação dos serviços ofertados. Logo, a participação de todos os segmentos escolares melhora o funcionamento da escola, o que atende a gestão democrática da educação no que tange a busca de práticas coletivas.

Naturalmente se conclui que o gestor educacional enquanto sujeito que rege o desdobramento do processo de estruturação do PPP deve propiciar momentos de reflexão e unir o trabalho escolar, pois “a construção do projeto político-pedagógico é um instrumento de luta, é uma forma de contrapor-se à fragmentação do trabalho e sua rotinização”. (VEIGA, 1995, p.22).

Neste contexto, o PPP é um documento que propõe uma direção política e pedagógica para o trabalho escolar, Veiga acrescenta:

A importância desses princípios está em garantir sua operacionalização nas estruturas escolares, pois uma coisa é estar no papel, na legislação, na proposta, no currículo, e outra é estar ocorrendo na dinâmica interna da escola, no real, no concreto. (2001, p.82).

Assim, o ato de analisar o PPP do Colégio Estadual do Campo Bom Jesus do Monte, permitiu a reflexão sobre as suas singularidades, sobre a sua identidade de campo. Para Vasconcellos (2002) o projeto político pedagógico de uma escola nunca está finalizado ele deve ser flexível e aberto a mudanças expressar os resultados do consenso da participação coletiva.

Naturalmente a elaboração do PPP configura-se como uma constante recriação da atividade educativa, um eterno planejamento e avaliação de suas ações frente às expectativas de todos os segmentos escolares em relação à educação que se deseja realizar.

Diante do estudo bibliográfico o planejamento do PPP seguiu o modelo enviado pela Secretaria Estadual de Educação do Paraná - SEED, cujo documento deve constar os seguintes elementos: apresentação, justificativa, identificação, histórico, organização interna, fundamentação teórica, objetivos gerais, diretrizes de ação, marco situacional, conceitual e operacional, projetos educacionais.

## **2.1- Metodologia**

Para desenvolver esta pesquisa iniciaremos com a leitura dos documentos oficiais do Colégio tais como o Projeto Político Pedagógico e Proposta Curricular, visando observar de que forma os documentos estão articulados com o propósito de ensino na modalidade de educação do campo.

O uso de documentos em pesquisa permite acrescentar a dimensão do tempo à compreensão do social, a análise documental favorece o entendimento de objetos cuja compreensão necessita de contextualização histórica e sociocultural. Segundo Figueiredo ( 2007 ) é impossível transformar um documento; é preciso aceitá-lo tal como ele se apresenta, às vezes, tão incompleto, parcial ou impreciso. No entanto, torna-se, essencial saber compor com algumas fontes documentais, mesmo as mais pobres, pois elas são geralmente as únicas fontes que podem nos esclarecer sobre uma determinada situação. Desta forma, é necessário observar o contexto histórico

no qual foi produzido o documento, o universo sócio-político do autor e daqueles a quem foi destinado.

Portanto, através da análise do PPP encontraremos as respostas em relação à identidade da escola de campo, pois neste documento estão estabelecidos os conteúdos, as metodologias, as avaliações a serem desenvolvidas na instituição, tendo como eixo e prioridade a formação humana e a construção da cidadania do campo. Logo, a compreensão do Campo não está fadada a espaço de produção agrícola, mas sim como “território de produção de vida, de produção de novas relações sociais; de novas relações entre os homens e a natureza; entre o rural e o urbano. O campo é território de produção de história e cultura, de luta de resistência dos sujeitos que ali vivem.” (MOLINA, 2006, p. 8)

Em relação à Proposta Curricular será possível observar se o currículo aplicado na referida escola contempla elementos da cultura camponesa, especificidades que pensem em uma educação enquanto transformação social de seus sujeitos, um projeto educativo que seja do campo e no campo, não somente para o campo. O projeto educativo deve contemplar a realidade camponesa, articulando a concepção de sociedade e de agricultura em todas as atividades de ensino-aprendizagem, não apenas acrescentando ou recortando conteúdos de um currículo de escola urbana.

Após a análise dos documentos descritos anteriormente, aplicou-se um questionário entrevista aos professores, funcionários, equipe pedagógica e comunidade escolar, no intuito de permitir o levantamento de dados que possibilitem a reflexão sobre a identidade da escola de campo.

O questionário entrevista enviado aos segmentos escolares foi à estratégia usada para alcançar o maior número de entrevistados, pois devido à distância das comunidades que fazem parte da escola tornava-se inviável ir até os mesmos. A pesquisa em forma de questionário permite o levantamento de informações, indicam caminhos a ser percorrido pela pesquisa e esclarecem as questões norteadoras.

Diante da devolutiva dos questionários pudemos mapear os anseios, desejos, dúvidas e dificuldades que permeiam a educação oferecida pelo colégio e compreender a estruturação do PPP vigente.

Em seguida buscou-se compreender a dinâmica do colégio através da observação das atividades pedagógicas desenvolvidas pelos docentes em relação à



contemplação de conteúdos que estejam em consonância com as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo.

## **2.2- Contexto de atuação**

### **2.2.1 – Análise do PPP**

As atividades desenvolvidas neste estudo iniciaram-se no curso de pós-graduação Especialização em Coordenação Pedagógica (EAD), através da leitura e questionamentos sobre o PPP enquanto um documento que expressa a realidade da escola. A reflexão em loco do PPP utilizado na escola objeto de estudo, permitiu a reflexão sobre a origem da fragmentação do documento.

No levantamento bibliográfico realizado nos documentos oficiais do Colégio Estadual do Campo Bom Jesus do Monte, localizado na comunidade de Vieiras, município de Palmeira, notou-se que a mudança de nomenclatura da escola ocorreu através da Res. nº 2338 de 23/04/2012 DOE 11/05/2012, cujo parecer foi expedido diante de processo enviado a Secretaria de Estado da Educação - SEED. O processo foi formulado nos moldes enviados pela própria SEED onde se solicitava o preenchimento de dados de localização geográfica e atualização cadastral, não foi realizado um levantamento do perfil da população atendida pela instituição de ensino, um planejamento de reestruturação da Proposta Curricular e calendário escolar, tão pouco a discussão de um projeto de educação do campo.

Assim, para compreendermos as fragilidades apresentadas no PPP do Colégio, analisaremos inicialmente o marco situacional no que se refere ao perfil da população atendida, constatou-se que os alunos são filhos de agricultores assalariados, pequenos produtores rurais e boias-frias. Logo, a escola possui cultura própria do campo, seus sujeitos possuem laços culturais e valores relacionados à vida na terra, o que contrapõem uma proposta curricular urbanocêntrica que privilegia os saberes urbanos em detrimento dos saberes culturais locais das populações rurais.

A segunda falha refere-se ao marco conceitual que apresenta princípios norteadores do ideal geral da instituição escolar, no que se refere à apresentação do currículo o documento deixa claro que pela falta de uma matriz curricular construída especificamente para uma escola de campo, o colégio buscará realizar adaptações através da implantação de projetos em contraturno.

Diante desse fato buscaram-se observar na dinâmica escolar quais eram os projetos complementares em contraturno (horta escolar, plantas medicinais e paisagismo), notou-se que o desenvolvimento dos mesmos era realizado sem nenhum envolvimento com os conteúdos curriculares, ou seja, a organização do trabalho educativo na escola não trabalhava temas geradores, atividades interdisciplinares que contemplassem a cultura do campo.

Naturalmente os projetos são atividades importantes no cotidiano escolar, mas acabaram ficando isolados, restritos em atividades complementares que estavam desvinculados do currículo adotado pela instituição.

Em relação ao marco operacional o colégio aponta que os professores devem trabalhar de maneira libertadora e problematizadora fazendo relações do conteúdo com a realidade social e cultural de nosso aluno afim de que ele não adquira somente habilidades técnicas, mas também políticas.

Novamente existe uma intenção em problematizar os conteúdos e realizar uma leitura da realidade social dos seus discentes, contudo para que isso ocorra é necessário elaborar um novo projeto de educação, cujo qual deverá ser pautado nas especificidades do campo.

A escola do campo deve promover uma formação específica, para que seus discentes possam articular o conhecimento científico ao conhecimento oriundo das demandas sociais e econômicas do seu espaço.

Logo, a análise do PPP demonstra que existe uma desarticulação entre a realidade geral e as finalidades assumidas. Nota-se que falta um estudo minucioso sobre as Diretrizes Operacionais de Educação do Campo enquanto um norteador para suprir essa lacuna entre a educação almejada e a realidade apresentada.

### **2.2.1 – Análise da Proposta Curricular**

A Proposta Curricular do Colégio segue as Diretrizes Curriculares para a Educação Básica, organizado em “conteúdos estruturantes”, que apontam conhecimentos de grande amplitude que identificam e organizam os campos de estudo de uma disciplina escolar.

A organização dos conteúdos apresentadas na Proposta Curricular privilegiavam uma concepção positivista de ciência, incorporando uma concepção de linear e fragmentada, em que cada objeto de ensino corresponde a uma especialidade, perdendo assim a sua referência com as relações sociais.

Assim, ao longo da análise foi possível perceber que o currículo apresenta-se homogeneizador e urbanocêntrico, privilegiando o polo urbano e valores impostos ao conjunto da sociedade, o que resulta em um currículo reducionista frente às demandas próprias do mundo rural.

Desse modo, é perceptível a fragilidade na construção de uma identidade própria para a escola de campo, pois o currículo não possui vinculação às questões inerentes a sua realidade e não respeita os saberes próprios dos discentes.

Com base nessas considerações percebeu-se uma dificuldade em legitimar o campo enquanto um conteúdo estruturante no colégio, pois o currículo em sua composição não privilegia a interdisciplinaridade como algo essencial ao processo educativo.

Assim, sugere-se a instituição que repense o seu currículo, buscando uma pedagogia escolar que valorize a realidade, identidade e cultura do homem do campo. Não há dúvidas que a transformação do currículo escolar de uma escola de campo parte da contemplação da relação homem e o campo, permeando princípios de valorização e significação de conteúdos a partir da realidade de sua comunidade.

### **2.2.3- Análise dos Questionários Entrevistas**

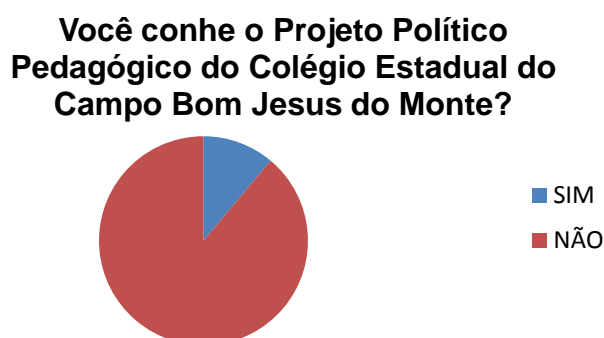
A aplicação dos questionários entrevistas foi realizada para todos os segmentos escolares, junto enviado um pequeno texto explicando sobre a importância em responderem as questões para auxiliar essa pesquisa na identificação da identidade do Colégio Estadual do Campo Bom Jesus do Monte.

Os questionários foram utilizados como uns dos instrumentos para a coleta de dados que nortearia essa pesquisa, sendo que havia três formatos de questionário ambos direcionados aos seus receptores (pais, alunos e professores/funcionários) sendo enviados aos pais 108 questionários e apenas 38 retornaram, ou seja, 35% de participação. A pequena porcentagem de devolutiva do questionário demonstrou que existe dificuldade por parte do respondente em compreender as questões e falta de conhecimento sobre o projeto político pedagógico do colégio.

Os questionários enviados aos alunos, professores/funcionários retornaram na íntegra ( 138 questionários ) o que leva a crer que entendiam a entrevista como obrigatória, o que nos faz refletir sobre os dados levantados se realmente

expressava a opinião de seu respondente. Entretanto, os dados levantados através dos questionários entrevistas permitiram mapear o entendimento da comunidade escolar em relação ao seu PPP, os anseios em relação ao currículo escolar e a identidade da escola.

As questões pertinentes ao PPP destaca-se a falta de conhecimento sobre o referido documento, onde 80% dos entrevistados desconhecem a sua existência e conteúdo.



Logo, o caminho para enfrentar essa dificuldade reside na mobilização da equipe pedagógica e diretiva em realizar momentos de discussão/reflexão sobre a importância em conhecer o PPP da instituição de ensino e compreender esse documento enquanto um norteador das práticas pedagógicas. A reflexão certamente levará a um amadurecimento sobre a abordagem conceitual e operacional do PPP, o que permitirá avançar na consolidação de uma prática pedagógica democrática engajada na construção coletiva de um projeto educacional que atenda aos anseios e necessidades da sua comunidade.

Em relação à participação dos entrevistados na construção do PPP, grande parte informou que não sabia responder a questão, o que vem novamente confirmar a falta de conhecimento sobre o documento.

A entrevista direcionada aos professores sobre o seu conhecimento em relação às Diretrizes Operacionais para Educação no Campo, os mesmos sabiam da existência deste documento, no entanto afirmam não saber como utilizar na elaboração de seu plano de trabalho docente.

Nessas condições, sugere-se a equipe pedagógica promover momentos de estudo sobre a identidade dos povos do campo, realizando um diagnóstico sobre a realidade dos discentes. E buscar estratégias pedagógicas que instigue seus

docentes a selecionar conteúdos escolares partindo da realidade vivenciada pela sua comunidade escolar.

Portanto, cabe a escola e ao corpo docente elaborar seus próprios planos de trabalho, selecionando conteúdos, métodos e meios de organização de ensino, em face às peculiaridades presentes na comunidade em que atua. Assim, promovendo uma discussão constante sobre o que poderiam alterar e modificar em seus planos de trabalho para corresponder os anseios dos discentes e a efetivação plena de uma educação para o campo.

### **3- Considerações Finais**

A pesquisa demonstrou que a escola deverá repensar o seu Projeto Político Pedagógico, buscando a participação e envolvimento de seus sujeitos sociais para conceber as Diretrizes Operacionais de Educação de Campo como um norteador para as práticas cotidianas. Percebemos que a construção e reconstrução do Projeto Político Pedagógico da escola não é uma tarefa fácil. Pelo contrário, trata-se de um processo complexo com diversos enfrentamentos de ordem individual no que se refere a situações pessoais e profissionais, como também aos interesses coletivos, é necessária a atuação de uma equipe gestora capaz de articular bem todo o processo, envolvendo os agentes da escola e a comunidade local.

Logo, compreendemos que a atualização do PPP dá continuidade ao plano de desenvolvimento da escola e a consolidação da gestão democrática. Esta atualização deve ocorrer de acordo com as novas normas e legislações vigentes e, pela necessidade de qualificação e adequação do trabalho pedagógico às novas demandas educacionais.

Assim, podemos afirmar que os objetivos da pesquisa foram alcançados pois entendemos que o projeto político-pedagógico e proposta pedagógica curricular são ferramentas e instrumentos que propiciam a mudança inicial na organização do trabalho pedagógico, definem claramente a intencionalidade das ações junto ao processo ensino-aprendizagem que respeita as peculiaridades de uma escola de campo.

#### 4- Referências

BRASIL. **Diretrizes Operacionais para a Educação Básica das Escolas do Campo**, Resolução CNE/CEB no 01 de 03 de abril de 2002. Ministérios da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade – SECAD

\_\_\_\_\_. **Lei 9394/96**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, v. 134, n. 248, 23 dez. 1996. Seção I.

CANÁRIO, R. **O estabelecimento de ensino no contexto local**. In Canário Rui (org.) Inovação e projeto educativo de escola. Lisboa: Educa, 1992.

FIGUEIREDO, N.M.A. **Método e metodologia na pesquisa científica**. 2a ed. São Caetano do Sul, São Paulo, Yendis Editora, 2007.

FREIRE, P. **Educação como Prática da Liberdade**. 14 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

GADOTTI, Moacir. **Pensamento Pedagógico Brasileiro**. São Paulo: Ática, 1995.

KOLLING, E. J., CERIOLI, P. R., CALDART, R. S. **Educação do campo**: identidade e políticas públicas. Brasília: Articulação Nacional Por Uma Educação do Campo, 2002. (Por Uma Educação do Campo, 4)

MOLINA, Mônica (org). **Educação do campo e pesquisa**: questões para reflexão. Brasília, MDA, 2006.

VASCONCELLOS, Celso S. **Coordenação do Trabalho Pedagógico**: do trabalho político -pedagógico ao cotidiano da sala de aula. São Paulo: Libertard, 2002.

VEIGA, Ilma P.A. (Org.). **As Dimensões do Projeto Político-Pedagógico**. Campinas, 4. ed. São Paulo: Papirus, 2001.

\_\_\_\_\_. **Escola**: Espaço do Projeto Político-Pedagógico. 7. ed. São Paulo: Papirus, 1998.

\_\_\_\_\_. **Projeto Político-Pedagógico da Escola**: Uma Construção Possível. Campinas. São Paulo: Papirus, 1995.